

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, maio de 2016, número 101. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Análise da estrutura fundiária de Minas Gerais: um balanço de duas décadas (1993-2014).

ARTIGO DO MÊS

Territórios paradigmáticos: breve análise para a compreensão das propostas do paradigma da questão agrária (PQA) e paradigma do capitalismo agrário (PCA)

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais.

UNIARA/Araraquara – São Paulo, 29 de junho a 02 de julho de 2016.

XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG 2016

“A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”

UFMA-UEMA/São Luis – Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras.

Autor: FAO.

Essa publicação pretende atualizar a informação e apresentar a um público mais amplo, como os formuladores de políticas de Segurança Alimentar e combate à pobreza, experiências concretas implementadas no Brasil, orientadas a facilitar a cooperação Sul-Sul. Para baixar: <http://www.fao.org/brasil/recursos/publicacoes/pt/>.



Sementes de Angelim.

Produção: Fabíola Melca.

O filme trata a experiência de Retomada Quilombola da terra em curso na comunidade de Angelim, município de Conceição da Barra, Espírito Santo. As imagens mostram como a prática agroecológica torna possível a transição do monocultivo de eucalipto para a produção de alimentos. Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fvkBZeWpG2E>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MINAS GERAIS: UM BALANÇO DE DUAS DÉCADAS (1993-2014)

João Cleps Junior

Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) e da Pesquisa DATALUTA - Minas Gerais
jcleps@ufu.br – <http://www.lagea.ig.ufu.br>

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS), Departamento de Geografia (DEGEO) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA) e do Projeto DATALUTA-PROEXT-UFTM
janadageo.unesp@yahoo.com.br

Daise Jesus de Moura

Mestranda em Geografia - UFU. Bolsista CAPES
daise_jmoura@hotmail.com

Fabiana Borges Victor

Mestre em Geografia - UFU
fabianabvictor@yahoo.com.br

Ricardo Luis de Freitas

Mestre em Geografia - UFU
ricardodifreitas@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da distribuição da propriedade da terra em Minas Gerais no período de 1992 a 2014, com base nos dados da estrutura fundiária do Cadastro de Imóveis Rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e recalculados pelos pesquisadores do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). São apresentados os dados do Coeficiente de Gini da estrutura fundiária dos anos de 1992/93, 1998, 2003 e 2014, pois consideramos que o procedimento adequado é comparar dados apurados por uma mesma fonte (INCRA), em diferentes momentos.

Reconhecendo os limites do artigo preparado para esse boletim, é possível afirmar que no período recente, assim como ocorreu em escala nacional, houve aumento da concentração da terra e da improdutividade naquele período. Os números de 2003 do INCRA mostram que 130 mil proprietários de terras concentram 318 milhões de hectares. Neste ano, eram 112 mil proprietários controlando 215 milhões de hectares. A despeito, não há como negar que tenha sido generalizada a prática de retenção especulativa da terra nos anos 1970 e 80. Já entre 2010/2014, o crescimento das grandes propriedades de particulares foi de 5,8 milhões de hectares, quando alcançou a área de 244,7 milhões, segundo as Estatísticas Cadastrais de 2014 (OLIVEIRA, 2016).

A existência de áreas agricultáveis ociosas ainda é uma prática recorrente, principalmente nos momentos de baixa rentabilidade das *commodities* agrícolas e instabilidade econômica, notadamente na década de 1980. É um problema grave da questão fundiária que perdura até os dias atuais, pois as grandes propriedades crescem e a improdutividade é grande, o que significa que o simples fato de ter terra no Brasil, ainda que improdutiva, enriquece seus proprietários. É um problema grave da questão fundiária brasileira.

No estado de Minas Gerais o processo de concentração de terras está principalmente vinculado à sua utilização para pecuária, em grande parte extensiva: enquanto as áreas de pastagens naturais têm enorme peso na distribuição, as áreas de lavouras e, particularmente, as lavouras temporárias, onde se situa a pequena produção camponesa, representam alto percentual do número de unidades rurais e participam em proporção quase insignificante em sua superfície total, conforme se observa nos dados do INCRA do período analisado. Contudo, alterações profundas ocorrem no campo mineiro a partir da década de 1980 com a expansão da silvicultura e dos monocultivos de grãos (soja, milho e café) e nos anos 2000, a cana de açúcar.

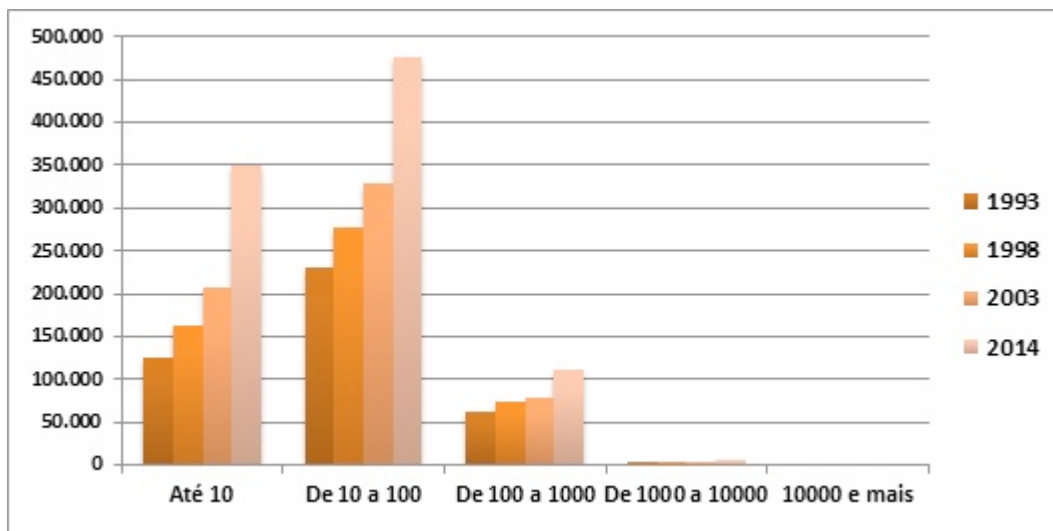
Com os esforços de sistematização dos dados no presente trabalho, verifica-se que, apesar de nos situarmos geograficamente num Estado desenvolvido em termos de agricultura e indústria, esses dois fatores não implicam num ordenamento fundiário equilibrado, mas heterogêneo em termos de regiões - exemplos do Norte do estado e o Triângulo Mineiro, como será demonstrado oportunamente. As ações de reforma agrária em curso no país carecem de um diagnóstico dos problemas fundiários de forma ampla. É preciso analisá-los, caracterizá-los e quantificá-los, e isto foi o que se buscou nesse trabalho.

As transformações introduzidas no campo mineiro pela modernização e industrialização da agricultura a partir da década de 1970, e o conseqüente desenvolvimento do agronegócio, não têm alterado a estrutura fundiária tanto do Estado, como ocorre também no restante do país. O que se verifica é que a concentração aumenta em alguns estratos de área e regiões.

A dicotomia latifúndio-minifúndio, traço marcante de nossa história, caracterizam a estrutura fundiária estadual pela presença significativa das pequenas propriedades e, dentre elas, pelo grande número de minifúndios: eles somavam 409 mil, com uma área correspondente a pouco mais de 5 milhões de hectares em 2013 [1]. No período, houve um aumento considerável de imóveis com menos de 10ha., que passou de 29,7% em 1993 para mais de 37% em 2014. Nos estratos entre 10 a 100 hectares, o aumento também foi expressivo - passou de 24% em 1993 para 50,5% em 2014, ou seja, as pequenas propriedades com até 50ha. representavam 76,7% dos imóveis do Estado em 2014. Em termos de área, a participação desses imóveis teve aumento significativo, e praticamente dobrou de 14,8%, em 1993, para 30% em 2014. Os imóveis com menos de 25ha. abrangiam 7% da área em 1993 e em 2014 passaram para 9%, quer seja, a área média caiu de 10ha para 9ha. Os imóveis entre 100 a 1000 ha. correspondiam a 14,7% dos imóveis em 1993, caindo para 11,7% em 2014. A área correspondente desses imóveis que era de 47% em 1993 permaneceu a mesma em 2014. No outro extremo da distribuição, há os imóveis acima de 1.000 hectares, os quais constituem apenas 0,78% do número total em 1993, correspondendo a 26,5% da área, passando em 2014 a representar apenas 0,55% do total e 22,8% da área [2].

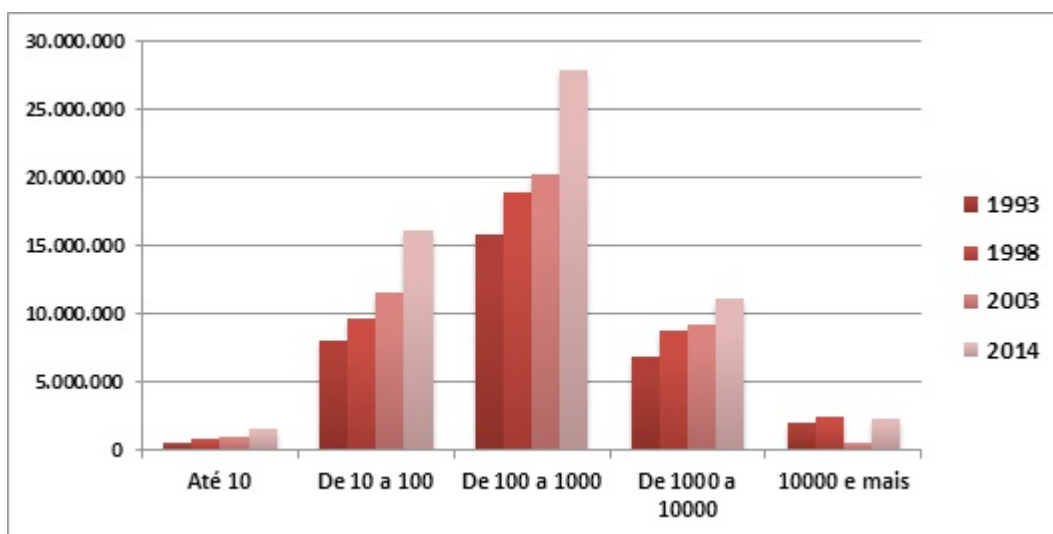
É possível afirmar que houve uma desconcentração da propriedade rural no Estado? Para isso, é importante associar ao processo de criação dos assentamentos rurais e o conseqüente grau de concentração medido pelo índice de Gini em nível de regiões e municípios. Conforme os dados sobre a evolução dos imóveis rurais houve um crescimento no número e a área total declarada dos imóveis rurais no período analisado. Os percentuais de participação dos imóveis nos diferentes estratos permanecem inalterados, apesar do aumento absoluto e proporcional considerável do número e da área correspondente no período 1992 a 2014. A área declarada e o número de imóveis praticamente dobrou (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1: Minas Gerais - Evolução do número de imóveis rurais, 1993, 1998, 2003 e 2014.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Org. CLEPS JR. (2016)

Gráfico 2: Minas Gerais - Evolução da área dos imóveis rurais, 1993, 1998, 2003 e 2014.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Org. CLEPS JR. (2016)

O Estado de Minas Gerais classifica-se na categoria de *concentração forte a muito forte* (índices acima entre 0,701 a 0,900), enquanto que a maioria das regiões apresenta nível de *concentração média a forte* (entre 0,501 a 0,700), de acordo com a classificação adotada por Câmara (1949) [3]. Os índices de Gini de Minas Gerais e das 12 regiões que a compõe apresentam grau elevado de concentração da terra, apresentando concentração muito forte na região Norte de Minas, acompanhando o índice médio do Estado. Conforme se verifica na tabela 2, houve pouca alteração em nível regional de 1993 a 2014, e

praticamente em todas as regiões os índices se mantiveram elevados - na sua maioria sofreram ligeira elevação no período.

Tabela 1: Minas Gerais – Índice de Concentração de Gini segundo as mesorregiões, 1993, 1998, 2003, 2011 e 2014.

Mesorregião Geográfica	1993	1998	2003	2011	2014
Campo das Vertentes	0,573	0,582	0,557	0,567	0,578
Central Mineira	0,661	0,667	0,669	0,662	0,668
Jequitinhonha	0,657	0,649	0,642	0,645	0,654
Metropolitana de Belo Horizonte	0,671	0,682	0,674	0,670	0,684
Noroeste de Minas	0,656	0,655	0,656	0,657	0,667
Norte de Minas	0,744	0,748	0,710	0,712	0,719
Oeste de Minas	0,607	0,610	0,602	0,606	0,617
Sul/Sudoeste de Minas	0,606	0,610	0,597	0,603	0,614
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,613	0,628	0,620	0,624	0,635
Vale do Mucuri	0,616	0,620	0,615	0,636	0,649
Vale do Rio Doce	0,642	0,642	0,618	0,614	0,63
Zona da Mata	0,569	0,578	0,566	0,581	0,593
Índices do Estado	0,745*	0,754	0,741	0,000*	...

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Org. VICTOR; MOURA (2016)

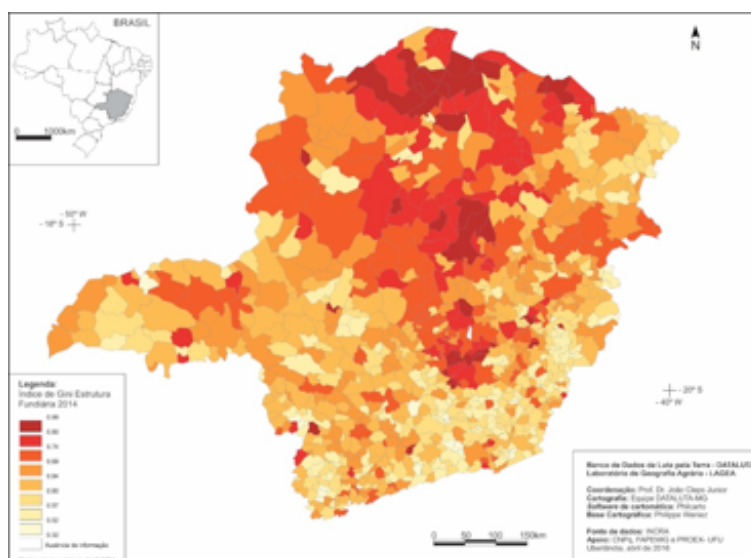
* Índices de 1992 e 2010. Base de Dados: INCRA/Estatísticas Cadastrais (vários anos).

No entanto, não é possível tirar conclusões mais precisas, pois seriam necessárias outras informações como, por exemplo, a forma como tem ocorrido a divisão das terras nos diferentes estratos de tamanho dos imóveis rurais. Mesmo assim, as análises feitas e as conclusões extraídas são válidas ao nível regional.

Comparativamente com as características da estrutura fundiária do país, os dados do Censo Agropecuário 2006 mostraram um agravamento da concentração de terras no Brasil nos últimos 10 anos. O Censo do IBGE revelou um Gini de 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

O mapa 1 auxilia na análise da concentração fundiária das regiões mineiras em 2014, em que o processo tende a ser mais intenso, confirmando o que foi apontado anteriormente.

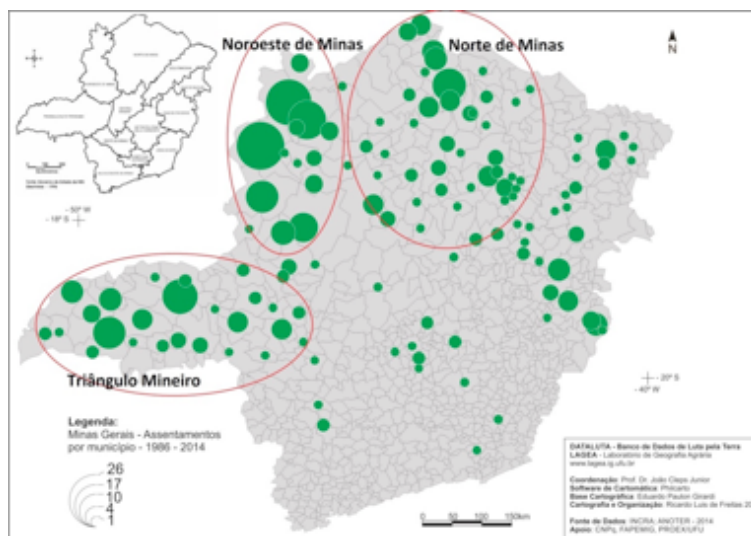
Mapa 1: Minas Gerais, Índice de Gini dos municípios em 2014.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Org. FREITAS (2016)

Em Minas Gerais, no período de 1985 a 2014, foram criados 411 assentamentos rurais, na maioria localizados nas regiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com área total desapropriada que atingiu pouco mais de 1 milhão de hectares no período 1986-2014. A sua maior parte (85 % do total) foi criada entre 1996-2010.

Mapa 2: Minas Gerais – Principais regiões com assentamentos rurais criados, 1986-2014.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Org. CLEPS JR. (2016)

A predominância de assentamentos rurais criados no Estado de Minas Gerais é visível e intimamente relacionada aos municípios e regiões de maior conflito e ocupações de terras, compreendendo

principalmente as regiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas (Mapa 2). As regiões Jequitinhonha e Vale do Rio Doce também se destacam em assentamentos criados, porém em menor quantidade (Tabela 2).

Tabela 2: Minas Gerais - Número de Assentamentos Rurais criados nas Mesorregiões Geográficas, 1986-2014.

Mesorregião Geográfica	Número de PAs Criados	Área total dos Projetos (ha)	Capacidade de Famílias
Noroeste de Minas	118	311.654,46	6.960
Norte de Minas	111	472.231,69	9.785
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	87	124.366,56	4.636
Jequitinhonha	35	74.108,71	1.469
Vale do Rio Doce	32	31.164,36	930
Metropolitana de Belo Horizonte	11	4.105,61	300
Central Mineira	07	17.536,82	368
Vale do Mucuri	04	6.343,50	257
Sul/Sudoeste de Minas	03	2.977,05	104
Zona da Mata	02	5.071,18	150
Oeste de Minas	01	2.347,29	49
Campo das Vertentes	0	0	0
TOTAL	411	1.051.907,22	25.008

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Org. VICTOR; MOURA (2016)

Nota: Os dados consolidados sobre o número de projetos criados no Estado de Minas Gerais requer a realização do somatório de 2 jurisdições/Superintendências regionais do INCRA (SR 06 e parte da SR 28). No ranking dos 10 principais municípios e respectivas regiões em que ocorreram a criação de assentamentos rurais foram: Região Noroeste de Minas Gerais: Unai (26 PAs), Buritis (24 PAs), Arinos (17 PAs), Paracatu (12 PAs), João Pinheiro (10 PAs) e Lagoa Grande (7 PAs); Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Uberlândia (14 PAs), Campina Verde (12 PAs) e Ituiutaba (6 PAs) e; Norte de Minas: Jaíba (13 PAs).

Tabela 3: Evolução do Índice de Gini nos 10 municípios com maior número de projetos de assentamento criados em 1993, 1998, 2003, 2011 e 2014.

MUNICÍPIO	GINI 1993	GINI 1998	GINI 2003	GINI 2011	GINI 2014
Unai	0,688	0,71	0,706	0,707	0,734
Buritis	0,612	0,608	0,605	0,617	0,658
Arinos	0,663	0,703	0,648	0,639	0,681
Uberlândia	0,654	0,673	0,687	0,686	0,709
Jaíba	...	0,884	0,837	0,830	0,841
Campina Verde	0,565	0,571	0,567	0,542	0,600
Paracatu	0,708	0,693	0,707	0,689	0,717
João Pinheiro	0,731	0,731	0,707	0,693	0,722
Lagoa Grande	...	0,635	0,744	0,745	0,770
Ituiutaba	0,612	0,617	0,614	0,605	0,609

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014

(...) dado não disponível.

A luta dos movimentos socioterritoriais disputa territórios passíveis a desapropriação, maior disponibilidade de terras com aptidão agrícola e/ou que estejam descumprindo sua função social. Mesmo

assim, uma simples comparação dos índices de Gini dos municípios que tiveram maior número de assentamentos rurais criados no Estado, confirma que as políticas de reforma agrária do período não alteraram a concentração geral da estrutura fundiária dos municípios e regiões (Tabela 3).

Portanto, com o presente texto, constatamos que a estrutura fundiária de Minas Gerais manteve-se nos últimos 20 anos fortemente concentrada, não apresentando alterações significativas, comprometendo diretamente o acesso e a permanência da agricultura camponesa. A consequência deste processo resultou no aumento dos conflitos no campo mineiro, conforme demonstram os dados sobre as ocupações e as manifestações nos Relatórios Dataluta de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**. Vol. 7, n. 77. Rio de Janeiro, 1949.

GIRARDI, E.P. Atlas da Questão Agrária Brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Niterói-RJ, 2009. Disponível em

<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Eduardo%20Paulon%20Girardi.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2016.

LAGEA, Laboratório de Geografia Agrária. **Relatório DATALUTA Minas Gerais 2014**. UFU/IG. Coordenação CLEPS JR., J. Uberlândia, MG, 2015. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>. Acesso em 19 de abril de 2016. <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>

NERA, Núcleo de Estudos e Projetos de Reforma Agrária. **Relatório DATALUTA Brasil 2014**. FCT/UNESP. Coordenação: GIRARDI, E. P. Presidente Prudente, SP, 2015. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf. Acesso em 19 de abril de 2016.

OLIVEIRA, A.U. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: **Conflitos no Campo Brasil (2015)**. Goiânia: CPT, 2016, p. 28-42.

[1] Dados do SNCR. Apuração Especial realizada em 03/01/2013.

[2] Dados calculados a partir das tabelas da Estrutura Fundiária de Minas Gerais contidas no Relatório Dataluta (2014). Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>.

[3] O Índice de Gini é um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente.

De acordo com Câmara (1949), a concentração da terra, segundo valores do Índice de Gini são classificados: 0,000 a 0,100 – Concentração nula; 0,101 a 0,250 – Concentração nula a fraca; 0,251 a 0,500 – concentração fraca a média; 0,501 a 0,700 – Concentração média a forte; 0,701 a 0,900 – Concentração forte a muito forte; e 0,901 a 1,000 – Concentração muito forte a absoluta.